



# Estado de Goiás CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

APROVADO

16 ABR. 2024

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 09 de abril de 2024.

APROVADO

16 Abr. 2024

**“Concede Título de Cidadã Edeense”.**

Guilherme Cavalho de Almeida  
1º Secretário

A Câmara Municipal de Edéia, Estado de Goiás, aprova, e o Presidente da Câmara, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** - Fica concedido o Título de Cidadã Edeense a:

**Letícia Saldânia de Araújo Lemes**, natural de Uberlândia-MG.

**Art. 2º** - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Edéia, 09 de abril de 2024.

**Talita Lemes de Araújo Neto**  
Vereadora



Estado de Goiás

# CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

## ANDAMENTO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 101/24

1. Lido em Plenário no dia 16/04/2024 em Sessão Ordinária.
2. Encaminhado no dia 16/04/2024, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Presidente da Mesa

3. Designo, no dia 16/04/2024, Relator o Vereador:

Luiz Humberto do Nascimento

Presidente da Comissão

4. PARECER do Vereador Relator:

#### **4.1 – Relatório:**

A Vereadora Talita Lemes propõe projeto de decreto legislativo em que concede Título de Cidadã Edeense à pessoa que muito contribui socialmente e economicamente para o município de Edéia.

#### **4.2 – Análise:**

A espécie normativa escolhida é adequada ao tratamento da matéria. Não há, portanto, sob os pontos de vista formal e material, vícios de natureza constitucional.

Quanto ao aspecto legal e jurídico, o projeto não esbarra em nenhuma ilegalidade material ou injuricidade.

#### **4.3 – Voto:**

Em face do exposto, o projeto, reveste-se de constitucionalidade e das devidas formalidades legais e jurídicas, e, no mérito, deve ser acolhido.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2024.

Vereador Relator



Estado de Goiás

## CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

5. - PARECER DO RELATOR DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO: dia 16/04/2024

5.1 - RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PARECER DO RELATOR

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opinou por maioria de votos, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 101/24.

3 Pela Aprovação

0 Pela Rejeição

Presidente da Comissão

Membro

6. PARECER DA COMISSÃO DEVOLVIDO A MESA DIRETORA: dia 16/04/2024.

Presidente da Mesa